

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DE UMA IES DA CIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Este artigo contempla a experiência vivida pela autora, na estruturação do Núcleo de Acessibilidade de uma instituição de ensino superior localizada na cidade de São Paulo, onde atuou como coordenadora no período de 2013 a 2023.

A instituição já tinha um setor que atendia pessoas com deficiência, oferecendo cursos de mobilidade para cegos, geria a equipe de intérpretes de Libras e outras providências, porém sem uma atuação junto aos demais setores. A gestão acadêmica da IES, em atendimento ao disposto no documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BRASIL, 2013), implementado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –(INEP), por meio de Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), criou, por meio de uma portaria o Núcleo de Acessibilidade, em substituição ao antigo setor, ampliando seu escopo de ação.

Durante o período na coordenação, foram definidos os processos e atividades do setor junto aos demais departamentos, visando viabilizar o atendimento adequado aos alunos com deficiência durante a sua permanência na instituição.

A relevância do trabalho das IES para o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo se apoia no crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, que passaram a ser um dos indicadores listados no Censo da Educação Superior, instrumento mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (YNGAUNIS, 2023), realizado anualmente pelo INEP, cujas sinopses revelaram que no período de 2013 a 2022, o crescimento do número de matrículas de alunos com necessidades especiais foi de 173% (YNGAUNIS, 2024), o que indica o aumento da representatividade das pessoas com deficiência no ensino superior, o que corrobora para a relevância da estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior.

O aumento significativo da presença de aluno com deficiência nas instituições de ensino tem crescido principalmente após as recentes conquistas obtidas pela promulgação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, com o Decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009), e o documento orientador do Projeto Incluir – Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESU (BRASIL, 2013), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: ENSINO SUPERIOR, ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO, EDUCAÇÃO

A criação do núcleo de acessibilidade

A criação dos núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior surgiu a partir do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir (BRASIL, 2013a) que foi criado com o objetivo de propor ações que visam garantir o acesso de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior e a sua integração à vida acadêmica por meio da remoção de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. O INEP por meio da DAES, coordenou, em 2012, a revisão dos instrumentos de avaliação institucional utilizados na avaliação in loco realizada pelo Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), o que resultou na criação do documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi organizado em cinco eixos, que contemplam as dez dimensões referenciadas no marco legal do SINAES (BRASIL, 2004), sendo que o eixo 2 inclui a dimensão 3, que menciona a responsabilidade social de instituição, contemplando a acessibilidade nos aspectos físicos, pedagógicos, atitudinais e comunicacionais conforme a legislação pertinente, de modo ampliar as possibilidades de atendimento como programas e ações coordenados institucionalmente por um setor ou núcleo de acessibilidade.

Mas não podemos deixar de mencionar o eixo 3, que contempla a importância da dimensão 9, que se refere a Políticas de Atendimento ao Discente, e que a IES deve apresentar os protocolos de atendimento ao discente com deficiência nos diversos espaços da instituição. Como também a dimensão 9, que contempla as condições arquitetônicas, que deve oferecer acessibilidade, sendo este um dos critérios de análise da infraestrutura, contemplado no eixo 5 do documento que orienta o trabalho das comissões de avaliação in loco.

A criação de um setor responsável pela articulação com as diferentes esferas da instituição, e planejamento das ações institucionais que promovam o acesso, a participação e aprendizagem do aluno com deficiência, vai muito além de apenas atender os critérios de avaliação citados no documento orientador para as comissões de avaliação in loco. O núcleo de acessibilidade ou setor responsável possui um papel importante frente as diferentes esferas da instituição, no planejamento e organização de serviços que promovam e atendam as diferentes dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, digital e atitudinal). A inclusão de

alunos com deficiência não se restringe apenas ao acesso do aluno com deficiência por meio do aceite de sua matrícula, mas se efetiva na vida acadêmica desse aluno, por meio de ações e providências que viabilize a sua participação em todas as atividades curriculares e espaços da IES, com a atuação inclusiva por parte do corpo docente, discente e administrativo.

Mapeamento e identificação dos alunos com deficiência

O primeiro passo que adotamos foi o de mapear os alunos com deficiência matriculados na instituição, a consulta ao sistema de matrículas não foi efetivo, pois nem todos os alunos, principalmente aqueles com deficiência invisível, informavam a sua condição. Orientamos os coordenadores e professores para que divulgassem em sala de aula, que a instituição tinha o núcleo de acessibilidade, para onde as solicitações de acessibilidade poderiam ser encaminhadas. E aos poucos foi sendo criado um cadastro com as principais informações de cada aluno e as suas necessidades específicas, a sua ficha era atualizada semestralmente, de modo a identificarmos quais seriam as disciplinas do semestre letivo, e podermos renovar os pedidos de recursos (como mobiliários adequados, intérpretes de Libras, por exemplo) junto aos setores responsáveis por esses recursos, informando as salas de aulas onde esse aluno teria aula.

Também foi instituído uma entrevista inicial, que denominamos como “acolhimento”, para os alunos que comunicavam a sua deficiência no ato da matrícula. A entrevista era conduzida pela coordenação, quando eram feitos registros sobre o tipo de deficiência e respectivas necessidades de adaptação. Após a entrevista, as informações sobre as necessidades de adaptação eram enviadas às coordenações de curso, com as respectivas orientações sobre como os docentes poderiam adaptar suas aulas e avaliações, e como se posicionar na interação com o aluno, por exemplo.

O mapeamento deixou de ser apenas um cadastro passivo e passou a permitir o acompanhamento da vida acadêmica do aluno, além de contribuir para a participação da IES no Censo da Educação Superior.

Envolvimento de comunidade acadêmica e administrativa no atendimento ao aluno com deficiência

A participação de todos os setores que interagem com alunos com deficiência é essencial para garantir acessibilidade. A sala de aula deve ser acessível arquitetônica e pedagogicamente. Laboratórios e bibliotecas também precisam

de adaptações, orientadas pelo núcleo de acessibilidade, abrangendo ajustes em aulas, avaliações e mobiliário conforme o tipo de deficiência.

A participação dos principais atores institucionais é essencial para a inclusão efetiva de alunos com deficiência, mas desafios surgem do desconhecimento de docentes e administrativos sobre como agir, resultando em negligência involuntária. Como muitos não tiveram contato com o tema em sua formação ou atuação, cabe ao núcleo de acessibilidade promover conhecimento sobre deficiência e acessibilidade, apoiando profissionais e setores no cumprimento dos requisitos necessários.

A promoção de reuniões de orientação, workshops e a elaboração de protocolos constitui um conjunto de medidas que podem ser implementadas para apoiar o público interno da instituição nas adequações necessárias à sua atuação, visando ao atendimento qualificado do aluno com necessidades específicas.

Gestão da acessibilidade institucional

Gerir a acessibilidade em uma instituição de ensino superior demanda o mapeamento das barreiras que um aluno com deficiência pode encontrar durante a sua permanência no curso. Esse levantamento deve considerar o tipo de deficiência e o curso em que ele está matriculado, prevendo as atividades e espaços físicos que farão parte de sua trajetória acadêmica, e os tipos de barreiras que podem obstruir a sua participação. Esse mapeamento pode ser balizado pelos tipos de acessibilidade enumeradas no documento orientador das avaliações in loco: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, comunicacional e digital. (BRASIL, 2013b). A Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015), em seu capítulo IV, art.28 enumera algumas ações que devem ser observadas e implementadas visando o direito das pessoas com deficiência à educação.

O passo seguinte ao mapeamento das barreiras que podem dificultar a autonomia do aluno durante a sua permanência na instituição, é identificar quem são os professores e colaboradores que são responsáveis pela atividade ou espaços físicos visando orientar ou pensar soluções de acessibilidade em conjunto, e em algumas situações específicas com a participação do aluno, que também pode auxiliar nesse processo.

A articulação entre o núcleo de acessibilidade, aluno, professor e o pessoal do corpo administrativo diretamente envolvido pode se constituir em um momento de aprendizado para todos, cujas descobertas e soluções devem ser registradas e

disponibilizadas para futuras consultas. O que podemos denominar como gestão do conhecimento inclusivo.

Conclusão

O núcleo de acessibilidade não deve ser visto como uma clínica nem espaço terapêutico, o modelo médico da deficiência, deve ser substituído pelo modelo social, que foca na remoção das barreiras que obstruem a autonomia do aluno com deficiência em sua trajetória acadêmica. O papel do núcleo deve focar na gestão do relacionamento com alunos, professores e administrativo, e na gestão de processos que viabilizem a acessibilidade nas diferentes esferas da instituição, e na gestão do conhecimento produzido por meio das experiências de pesquisa e implementação de soluções de acessibilidade no ambiente da educação superior.

O núcleo tem como atribuição principal orientar as adaptações necessárias, promovendo o alinhamento entre as necessidades dos estudantes e as possibilidades institucionais. Ressalta-se que a execução das ações cabe ao professor ou colaborador da instituição, uma vez que o processo de inclusão é construído coletivamente e requer o engajamento de toda a comunidade acadêmica.

A atuação do núcleo de acessibilidade com professores e setores administrativos pode provocar estranhamento e resistências iniciais. Contudo, observou-se que, superadas as barreiras atitudinais, algumas adaptações tornaram-se parte da rotina de professores e colaboradores, que quando recebiam novos alunos com o mesmo tipo de deficiência de alunos com quem eles interagiram, já sabiam como proceder, sendo a rotatividade dos colaboradores o principal desafio, exigindo protocolos claros para orientar novos integrantes.

A promoção da inclusão no ensino superior é resultado de um esforço coletivo e constitui um processo contínuo de aprendizagem. A cada semestre, novos estudantes ingressam com diferentes demandas, decorrentes de suas experiências anteriores e das barreiras enfrentadas na educação básica. O trabalho do núcleo envolve identificar a diversidade presente entre os alunos com deficiência e buscar alternativas que promovam a equiparação de condições para o desenvolvimento profissional desses estudantes, visando prepará-los adequadamente para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº 10.861, 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm
Acesso em 27 ago 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm -
Acesso em 27 ago 2025.

BRASIL, Documento orientador do Programa Incluir - Acessibilidade Na Educação Superior SECADI/SESu. Brasília, 2013a. https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 ago 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2013b. <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>
Acesso em 27 ago 2025.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 28 ago 2025.

YNGAUNIS, Sueli.(2023) Sobre as estatísticas do número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior no Brasil. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/sobre-estat%C3%ADsticas-do-n%C3%BAmero-de-matr%C3%ADculas-alunos-com-sueli-yngaunis/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 28 ago 2025.

YNGAUNIS, Sueli.(2024) Você sabe qual foi a taxa de crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência, no Brasil, nos últimos 10 anos? Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/voc%C3%AA-sabe-qual-foi-taxa-de-crescimento-do-n%C3%BAmero-alunos-yngaunis-xtwmf/>. Acesso em 28 ago 2025.